



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0002950-06.2018.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia**
Requerente: **DANIEL DA SILVA DE SOUZA**
Requerido: **TIM CELULAR S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou que mantém plano de telefônica celular através da ré.

Alegou ainda que recebeu cobranças indevidas e posteriormente quando tratava da exclusão de tais cobranças a ré acabou por suspender totalmente a linha, tornando-a inoperante.

Posteriormente o autor manifestou o desejo de rescindir o contrato sem a incidência de qualquer ônus, tendo em vista a má prestação dos serviços. is.

No mérito a ré sustentou a regularidade da prestação dos serviços, não havendo qualquer falha quanto aos mesmos.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

A hipótese vertente concerne a relação de consumo, preenchidos que estão os requisitos dos arts. 2º e 3º do Código de Defesa do Consumidor.

Aplica-se por isso, dentre outras regras, a da inversão do ônus da prova (art. 6º, inc. VIII, parte final, do CDC), a qual leva em conta a hipossuficiência do consumidor sob o ângulo técnico e não econômico.

É o que leciona **RIZZATTO NUNES**:

“A vulnerabilidade, como vimos, é o conceito que afirma a fragilidade econômica do consumidor e também técnica. Mas hipossuficiência, para fins da possibilidade de inversão do ônus da prova, tem sentido de desconhecimento técnico e informativo do produto e do serviço, de suas propriedades, de seu funcionamento vital e/ou intrínseco, dos modos especiais de controle, dos aspectos que podem ter gerado o acidente de consumo e o dano, das características do vício etc.” (“Comentários ao Código de Defesa do Consumidor”, Ed. Saraiva, 2011, p. 218).

Como o autor ostenta esse *status* em relação à ré, relativamente aos fatos trazidos à colação, aquela norma tem incidência na espécie.

Assentada essa premissa, observo que a ré não demonstrou satisfatoriamente a legitimidade de sua conduta.

O ponto central da controvérsia concerne em saber se a linha tratada nos autos permanece ou não em funcionamento.

Nesse contexto, e diante do que prevê o art. 6º, inc. VIII, do CDC (explicitamente mencionado no despacho de fl. 66, vale frisar), tocava à ré demonstrar que a linha está operando normalmente.

A ré, todavia, não amealhou um só indício nessa direção.

Apresentou quanto ao tema as "telas" de fls. 44/45 e 82, as quais, todavia, não se fizeram acompanhar de nenhum outro dado que lhe dessem respaldo.

Resta clara a partir do quadro delineado a negligência da ré na espécie, máxime porque igualmente não há prova concreta de utilização dos serviços por parte do autor, ou que a linha efetivamente está em funcionamento.

A rescisão do contrato transparece de rigor pois as condições acenadas não se concretizaram com o passar do tempo.

Bem por isso, tomo como de rigor o acolhimento da pretensão deduzida para que se declare a rescisão da relação contratual entre as partes, com a inexistência de valores ao autor.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

declarar a rescisão definitiva da relação contratual entre as partes em decorrência dos fatos tratados nos autos e atinentes a linha (75) 99244-9063, bem com a inexigibilidade de quaisquer débitos porventura pendentes e a ela relacionados.

Torno sem efeito a decisão de fl. 07/08, item 1.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 22 de junho de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**